

PT tenta limitar o uso de MPs

SÔNIA CARNEIRO

BRASÍLIA — O PT pretende aproveitar a votação das emendas da reforma econômica no Senado para proibir a edição de medidas provisórias (MPs) na regulamentação de alterações feitas na Constituição. Pelo texto aprovado na Câmara dos Deputados, o uso de MPs foi vedado somente para regulamentar as emendas a serem promulgadas este ano, na reforma proposta pelo governo.

A emenda que proíbe o uso de MPs para regulamentar artigo constitucional foi apresentada ontem pelo senador Lauro Campos (PT-DF). Os petistas querem, ainda, estabelecer que a regulamentação só poderá ser feita por lei complementar e pretendem restabelecer os privilégios para as empresas nacionais, derrubados pela Câmara.

Já foram rejeitadas as 14 alterações apresentadas por senadores às três emendas aprovadas pela Câ-

mara: abertura do monopólio dos estados na distribuição de gás canalizado, igualdade de tratamento a empresas nacionais e estrangeiras e fim da reserva de mercado na navegação de cabotagem (entre portos brasileiros). A maioria das emendas foi apresentada pelo PT e pelo PDT.

Alternativas — “Se não temos número para vencer, vamos tentar apresentar propostas alternativas ou que já sejam de consenso da maioria”, disse o senador Lauro Campos. Ao contrário do comportamento que teve na Câmara, o PT decidiu apresentar emendas a todas as propostas em exame no Senado.

O PT quer mudar o relatório do senador Jefferson Peres (PSDB-AM), que ratifica a abertura da navegação de cabotagem a empresas estrangeiras, acrescentando privilégios a embarcações de bandeira nacional. Lauro Campos também propõe emenda exigindo lei com-

plementar para estabelecer as condições em que as embarcações estrangeiras poderão operar.

Quanto à empresa nacional, o PT tentará restabelecer privilégios suprimidos pela Câmara. Uma das propostas é restringir a pesquisa e lavra de recursos minerais a empresas autorizadas pela União e constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no país.

Em outra emenda, o PT tentará garantir tratamento preferencial às empresas nacionais nas concorrências públicas, além de proteção e benefícios especiais para empresas com participação majoritária de pessoas físicas residentes no país.

As emendas do PDT foram apresentadas pela senadora Júnia Marise (MG). As propostas prevêem a exigência de lei complementar para regulamentação das reformas e convocação de plebiscito para referendando as mudanças na Constituição.